

Algodão

Retaliar ou negociar

DEPOIS DE sete anos, a Organização Mundial do Comércio (OMC), em agosto de 2008, reconheceu que os Estados Unidos concederam subsídios ilegais à cotonicultura. Em 1999, por exemplo, 45% da receita dos seus 25 mil produtores de algodão vieram de sete programas oficiais do governo. Em 2002, esse índice chegou a 42%. Entre 1999 e 2002, os recursos subsidiados somaram US\$ 12,75 bilhões, sendo o valor da produção algodoeira de US\$ 13,9 bilhões. Uma taxa de subsídio de 89,5%.

Enquanto isso, naquele período, o preço mundial do algodão despencou de 72 para 29 centavos de dólar pela libra-peso. Nações como Burkina Fasso, Benin e o Chad, por exemplo, foram duramente penalizadas.

Assim, em outubro de 2002, o governo brasileiro entrou com a ação sob o argumento de que esses subsídios desobedeciam às regras do comércio internacional. Ao manter o preço do algodão artificialmente baixo, o governo norte-americano eliminava a concorrência, principalmente de países do Terceiro Mundo.

Com a definição final do valor da retaliação pela OMC, o Brasil anunciou que aplicaria medidas de retaliação a 102 produtos americanos cujas tarifas de importação deveriam subir a partir de 7 de abril passado. Também manifestou a intenção de usar a retaliação cruzada contra itens de propriedade intelectual, como filmes, séries e livros. Mas a tomada de decisão tomou outro rumo.

Na verdade, desde o início do painel do algodão na OMC, apesar de algumas áreas do governo serem a favor de medidas severas de retaliação, o Itamaraty

Cronologia do contencioso do algodão

OUTUBRO DE 2002

Governo brasileiro decide contestar os subsídios concedidos pelos EUA.

MARÇO DE 2003

OMC inicia o processo contra os EUA a pedido do Brasil.

SETEMBRO DE 2004

A OMC divulga seu relatório final com a condenação da prática de subsídios dos EUA aos seus produtores. Os EUA apelam da decisão.

MARÇO DE 2005

O órgão de apelação da OMC mantém a vitória do Brasil. Os EUA não reagem.

AGOSTO DE 2006

Brasil solicita para a OMC verificar o cumprimento do painel. EUA reformam seus subsídios.

SETEMBRO DE 2006 A JUNHO DE 2008

Procedimentos burocráticos e apelações dos EUA.

AGOSTO DE 2008

Brasil retoma o processo e solicita a definição do valor da retaliação pela OMC.

AGOSTO DE 2009

OMC define a retaliação em US\$ 829 milhões (US\$ 530 milhões em bens); é aprovada também a "retaliação cruzada" com quebra de patentes.

MARÇO DE 2010

Divulgada a lista definitiva da retaliação. Número de bens afetados cai para 102. País inicia consulta pública sobre "retaliação cruzada".

ABRIL 2010

Proposta americana inclui a criação de um fundo no valor anual de US\$ 147,3 milhões para financiar projetos ligados à produção brasileira de algodão.

MAIO

Prazo para a retaliação entra em vigor em 7 de maio.

sempre pautou pela cautela na abordagem do tema.

O fato está nas consequências da decisão do órgão supremo do comércio mundial nas relações comerciais internacionais, com a abertura de precedentes para outras nações em desenvolvimento protestarem contra a política de subsídios de nações ricas.

Segundo Haroldo Cunha, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a associação financiadora de grande parte do contencioso que custou cerca de US\$ 3,5 milhões, uma retaliação do Brasil no setor de bens de produção poderá trazer prejuízos para segmentos que importam produtos estadunidenses.

Os esforços dos diplomatas brasileiros remetem a tentativa de obter junto à Casa Branca um acordo para que a administração de Barack Obama se comprometa a apresentar ao Congresso uma reforma completa dos subsídios aos produtores de algodão.

No caso dos subsídios americanos aos produtores de algodão condenados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o programa se divide em:

1º Crédito à exportação, suspenso em abril último pelos EUA, para estabelecerem juros mais altos e prazos mais longos, próximos à média de mercado.

2º Apoio doméstico a ser revisado pelo Congresso em 2012.

O Brasil, de acordo com as regras do comércio internacional, poderá utilizar o recurso de sanções contra os Estados Unidos caso continuem a infringir a decisão da OMC. A expectativa é que os dois países sentem-se à mesa para negociar acordos bilaterais e evitar a retaliação.

É também bastante provável que o governo aguarde os resultados finais da Rodada de Doha de negociações comerciais (prevista para o mês de julho), já que existe a possibilidade de os EUA reduzirem seus subsídios agrícolas. ■